

SUMÁRIO

Primeiro Capítulo – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (REGULAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS)	15
1 Apresentação do tema.....	15
ASPECTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS	16
2 Considerações preliminares.....	16
3 Panorama histórico mundial	19
3.1 O surgimento do Estado-Nação e o liberalismo econômico.....	19
3.2 A crise de 1929 e o crescente intervencionismo Estatal	21
3.3 O retorno às ideias liberais	22
4 Panorama histórico brasileiro	23
4.1 Da época colonial ao fim do Primeiro Reinado.....	24
4.2 Segundo Reinado.....	25
4.3 O período republicano	27
4.4 Da era Vargas aos anos 90.....	27
4.5 Período contemporâneo	30
5 Panorama regulatório atual.....	31
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO BRASIL	33
6 Considerações iniciais	33
7 A mudança estrutural das esferas pública/privada e o Direito Reflexivo.....	35
Segundo Capítulo – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO, LEI 8.031/90 E LEI 9.491/97.....	43
1 Considerações iniciais	43
2 Análise das retrospectivas analíticas dos modelos de Estado	45

3	Estado intervencionista.....	47
4	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRE	49
5	Plano Nacional de Desestatização – PND	54
6	Alterações legislativas	57
7	Considerações finais	59
Terceiro Capítulo – AGÊNCIAS REGULADORAS.....		61
1	Aspectos gerais das Agências Reguladoras	61
1.1	Fundamento	61
1.2	Conceito.....	61
1.3	Características das Agências Reguladoras.....	63
2	Agências Reguladoras no cenário brasileiro.....	65
2.1	Autonomia Normativa dos Entes Reguladores.....	65
2.2	Atividade fiscalizadora, sancionatória e decisória.....	68
2.3	Controle	70
2.3.1	Administrativo	70
2.3.2	Judicial.....	71
2.3.3	Tribunal de Contas da União	72
Quarto Capítulo – SERVIÇOS PÚBLICOS, REGULAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL.....		75
1	Conceito de serviço público.....	75
2	Função social do contrato	79
3	Função social da propriedade	82
4	A função social da empresa prestadora de serviços de interesse público	89
5	Considerações relevantes.....	95
Quinto Capítulo – A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....		103
1	Considerações iniciais	103
2	Serviços públicos à luz do CDC	104
2.1	Conceito e classificação dos serviços públicos.....	105
2.2	Delegação do serviço público.....	108
2.2.1	Concessão	109
2.2.2	Permissão	110

3	Análise do tema sob o enfoque do Código de Defesa do Consumidor...	111
4	Aplicação do CDC aos serviços públicos.....	112
4.1	Fundamento constitucional.....	113
4.2	Fundamento infraconstitucional.....	115
4.3	Alcance da aplicação da legislação consumerista.....	118
4.4	Reflexos da aplicação do CDC aos serviços públicos.....	121
5	Considerações relevantes.....	125
Sexto Capítulo – CONSUMIDOR E USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS.....		127
1	Apresentação do tema.....	127
2	Regime jurídico da proteção do consumidor.....	127
3	Regime jurídico da proteção do usuário.....	130
3.1	Considerações iniciais a respeito da visão administrativista do conceito de usuário de serviços públicos.....	132
3.1.1	Comentários a respeito do regime jurídico do usuário de acordo com a visão doutrinária administrativista.....	133
3.1.2	Considerações relevantes.....	140
4	Proposta de regulação dos serviços públicos.....	140
5	A implementação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a importância das Agências Reguladoras.....	143
6	Considerações relevantes.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		147
REFERÊNCIAS.....		151
ÍNDICE ALFABÉTICO.....		155